

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUARIAIS E
CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DISCIPLINA: MONOGRAFIA II
ORIENTADOR: ASSUERO FERREIRA

INFLAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UMA ANÁLISE DO CASO
BRASILEIRO NA DÉCADA DE OITENTA

Carlos Alberto F. Júnior

Fortaleza
Julho de 1995

**INFLAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA: UMA ANÁLISE DO CASO
BRASILEIRO NA DÉCADA DE OITENTA**

Carlos Alberto Figueiredo Júnior

**Monografia submetida à coordenação do curso de Ciências Econômicas como parte dos
requisitos necessários à obtenção do diploma de bacharel**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

Fortaleza

Julho de 1995

Esta monografia foi submetida à coordenação do curso de Ciências Econômicas como parte dos requisitos necessários à obtenção do diploma de Bacharel em Ciências Econômicas outorgado pela Universidade Federal do Ceará.

Data da aprovação:

Assuero Ferreira
Orientador

Roberto Smith

Euripedys Ewbank Rocha

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	05
APRESENTAÇÃO.....	06
CAPÍTULO 1	
AS TEORIAS DE INFLAÇÃO E O CONFLITO DISTRIBUTIVO.....	08
1.1-Introdução.....	09
1.2- O Monetarismo.....	11
1.3- O Estruturalismo.....	13
1.4- O Inercialismo.....	16
CAPÍTULO 2	
INFLAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO CONTEXTO MACROECONÔMICO DA DÉCADA DE OITENTA.....	20
2.1- Introdução.....	21
2.2- Crescimento econômico e inflação na década de oitenta.....	24
2.3- Desigualdade de renda na década de oitenta.....	28
2.4- Desigualdade de renda e inflação.....	35
CAPÍTULO 3	
CONCLUSÃO.....	41
BIBLIOGRAFIA.....	45

AGRADECIMENTOS

Sou grato a Jesus Cristo, meu Senhor e mestre, que me capacitou e amparou durante toda a jornada acadêmica, a qual agora culmina com a elaboração deste trabalho. A Ele, razão última de tudo o que faço e sou, dedico este estudo.

A meus pais, por me proporcionarem condições de chegar até aqui. Ao professor Assuero Ferreira que, mais do que um simples orientador, revelou-se um grande amigo, agradeço pelo estímulo, paciência e acessibilidade, bem como pela conscientização da responsabilidade social de toda produção acadêmica. Aos professores Roberto Smith e Euripedys Rocha, que participaram da banca examinadora, dando contribuições significativas através de comentários e sugestões, os quais foram importantes para a complementação deste trabalho.

Aos amigos José George Vinhas Gonsalves, pelo interesse e críticas sempre construtivas e Alfredo José Lopes Neto pelo companheirismo e constante incentivo à pesquisa e investigação dos temas aqui tratados. Aos tios Valber e Núbia Feijó, pelo carinho e compreensão demonstrados, cedendo prontamente os instrumentos necessários à edição deste trabalho.

A todos aqueles heróis anônimos que contribuíram e ainda contribuem para a construção deste país, os quais, muitas vezes, são privados dos benefícios econômicos do seu labor: os trabalhadores.

APRESENTAÇÃO

A economia brasileira tem se caracterizado, nos últimos vinte anos, por elevadas e crescentes taxas de inflação. No referido período, sucederam-se várias tentativas de ajuste econômico, sob a maestria de economistas de matizes teóricos diferentes, que se alternaram no Ministério da Fazenda sem, contudo, ter se obtido um resultado satisfatório e permanente.

A análise do problema da inflação constitui tarefa bastante complexa, dado que são vários os fatores que, simultaneamente, operam na economia, tanto produzindo como perpetuando o aumento de preços. As fontes de inflação também se alteram ao longo do tempo, o que faz necessária uma análise atual, dinâmica e capaz de captar a essência do processo.

Um aspecto fundamental que deve ser sempre ressaltado na análise da inflação é aquele que a caracteriza como sendo, essencialmente, uma disputa entre os diversos agentes econômicos pela manutenção de suas posições relativas na distribuição da renda nacional. Esta maneira de ver o fenômeno chama atenção para a capacidade que tem a inflação de distribuir renda entre os setores e entre grupos de renda (lucros/salários).

Os estudos publicados sobre o tema, em sua maioria, lançam mão de modelos econométricos cuja compreensão exige conhecimentos específicos demais para qualquer leitor não familiarizado com as técnicas de análise econômica. Este estudo pretende contribuir, neste sentido, para o esclarecimento das relações sabidamente existentes entre inflação e concentração de renda usando, para isto, de análise simples, acessível ao público leigo sem, no entanto, comprometer a sua cientificidade.

O presente trabalho divide em três partes. A primeira (capítulo 1), na qual será feita uma abordagem teórica da questão, sendo expostas algumas das diferentes maneiras de se ver o fenômeno, fazendo-se referência a alguns dos principais teóricos que trataram do assunto. Na segunda (capítulo 2), proceder-se-á a um levantamento de dados, procurando dar embasamento empírico adequado à questão, ao se relacionar taxas de inflação observadas na década de 80, índices de concentração de renda e outras variáveis

macroeconomicamente relevantes. A parte final (capítulo 3) refere-se às conclusões do estudo.

CAPÍTULO I - AS TEORIAS DA INFLAÇÃO E O CONFLITO DISTRIBUTIVO

“Depois volvi-me, e atentei para todas as opressões que se fazem debaixo do sol; e eis as lágrimas dos oprimidos, e eles não tinham consolador; do lado dos seus opressores havia poder; mas eles não tinham consolador.”

(Rei Salomão , Eclesiastes 4:1)

1.1) INTRODUÇÃO

Ao ser solicitado por seus alunos a dar uma explicação sobre inflação, um certo professor de economia respondeu da seguinte forma: “Imagine-se um Governo que resolve tributar as três classes de renda em que se segmenta sua população do seguinte modo: a classe mais alta recolherá sobre a forma de tributos 1 % de sua renda. Sobre a classe de rendimentos medianos incidirá uma alíquota de 10 % e, finalmente, a classe de renda mais baixa pagará de impostos o equivalente a 40 % de sua renda. Eis aí a caracterização do fenômeno inflacionário.” Apesar de implicar em uma excessiva simplificação, do exposto acima podemos deduzir claramente que a inflação afeta de forma diferente as diversas categorias de renda, e com isso promove um processo de redistribuição de riqueza entre as mesmas.

Apesar de não se tratar de uma visão desconhecida pelo público, muito menos na esfera acadêmica, o enfoque da inflação como instrumento concentrador de rendas é motivo de aceso debate entre economistas, dando margem a intensa controvérsia, tanto no que diz respeito às causas quanto aos efeitos do fenômeno. Isto não causa nenhuma surpresa, pois o estudo da inflação sempre se caracterizou pela variedade de explicações sobre as suas causas e consequências, bem como sobre as medidas mais adequadas ao seu combate.

A década de oitenta, no Brasil, foi caracterizada por taxas de inflação altas e crescentes, bem como pelos diversos planos econômicos implementados, os quais promoveram intervenções drásticas nos mecanismos de mercado, conforme se verificou através de choques e congelamentos de preços que se sucederam no período. Em meio a tudo isto, há evidências de uma associação positiva entre desigualdade de renda e inflação na referida década, o que tem levado teóricos das diferentes escolas a procurarem explicações do fenômeno.

O estudo dos efeitos redistributivos do processo inflacionário sempre esteve presente nas teorias de distribuição de renda. Keynes (Keynes, 1976, p. 9), por exemplo, já em 1919 afirmava que, segundo Lênin, a melhor maneira de se destruir o sistema capitalista é através da desmoralização da moeda. Em suas próprias palavras ... “por um contínuo processo de inflação, os governos podem confiscar de modo secreto e despercebido parte importante da

riqueza de seus cidadãos. Com este método, eles não apenas confiscam, mas confiscam arbitrariamente; e enquanto o processo empobrece a muitos, de fato enriquece a alguns. A visão desse arbitrário remanejamento repercute não somente na segurança, mas também na confiança quanto à equidade da existente distribuição de riqueza.” Ou seja, na concepção keynesiana, de acordo com Carvalho (Carvalho, 1991), a inflação tem efeitos redistributivos quando ...“em um período inflacionário todos os preços tendem a subir, nem todos podem fazê-lo às mesmas taxas. Os setores que se defasam sofrem perdas reais de renda calcadas na deterioração de seus termos de câmbio por outras mercadorias ou serviços.”(Carvalho *ib*, p. 38).

A análise da questão distributiva é bastante influenciada pela postura política do teórico, de modo que qualquer teoria a respeito não deixará de incorporar juízos de natureza política. Teóricos conservadores poderão subestimar os efeitos nefastos do fenômeno, ou ainda encará-los como etapas transitórias e inevitáveis do crescimento econômico. Em artigo publicado em 1991, Carvalho (Carvalho, *ib*, p. 41) faz alusão à argumentação justificadora da concentração: “ às fases iniciais do processo de desenvolvimento corresponde um aumento das desigualdades, viabilizando a geração de recursos disponíveis para acumulação, fatalmente consumidos caso fossem distribuídos entre as camadas de renda mais baixa , condenando o país à pobreza permanente.” Outros, mais progressistas, acusarão o modelo de desenvolvimento implementado no país de iníquo, vendo na essência do mesmo os fatores que provocam a concentração. Nesta perspectiva, a argumentação mais forte e influente foi a de Furtado (apud Carvalho, *ib*), ao afirmar que o aumento na demanda por bens duráveis de consumo proporcionado à classe média se dava via extração de renda dos grupos mais pobres, viabilizando desta forma a retomada da economia no período do “ Milagre Brasileiro”. Mas o fato é que nenhum estudioso pode negar o sentimento de injustiça social ao constatar o fenômeno em questão, bem como as suas consequências perversas sobre o convívio das diferentes classes sociais. Em termos gerais, neste mesmo sentido, Kalecki já argumentava no começo dos anos 50 que a inflação poderia se constituir num dos principais mecanismos de financiamento do desenvolvimento econômico na ausência de um planejamento de longo prazo que modificasse as rigidezes estruturais, particularmente na agricultura. (cf. Kalecki, 1987, *passim*).

É preciso, no entanto, salientar que quando se trata de distribuição de renda não existe equilíbrios absolutos ou soluções únicas, sendo o perfil de distribuição uma questão não somente de ordem econômica, mas também política e social, condicionada às relações de produção vigentes e ao pacto de poder estabelecido. Como bem observou Carvalho (Ib, p.44), neste caso ...“estamos lidando com um problema de poder, de relações de forças, cuja compreensão exige um horizonte teórico mais amplo e flexível que o normalmente oferecido pela Economia.”

São várias as abordagens sobre a inflação e suas consequências, cada uma chamando atenção para diferentes aspectos do fenômeno inflacionário. O presente trabalho não se propõe a abordar todas as correntes, limitando-se a três delas que, além de bastante conhecidas do público, já possuem tradição sólida no círculo acadêmico. Além disto, presume-se que as mesmas dão conta, de forma específica, da explicação da inflação e sua relação com processos concentradores de rendas.

A seguir são apresentadas as três correntes de pensamento econômico referidas, seus principais representantes e o enfoque peculiar a cada uma delas sobre o assunto em questão.

1.2) O MONETARISMO

Tendo o economista norte-americano Milton Friedman da Escola de Chicago como seu expoente maior, a escola monetarista concebe a inflação como um fenômeno monetário. Apoiada na equação de trocas da Teoria Quantitativa da Moeda¹, a inflação se deve a um aumento na quantidade de moeda mais que proporcional ao aumento no produto da economia. Este excesso de liquidez influenciaria movimentos de expansão da demanda agregada o que, por sua vez, levaria a altas generalizadas de preços. Na ótica monetarista, o Governo Federal é o grande fomentador da inflação, devido à incapacidade de controlar seus gastos e de adequar o grau de liquidez da economia a um nível que seja compatível com a estabilidade de preços. Estas concepções caracterizam o assim chamado monetarismo clássico.

¹ É importante ressaltar que o ressurgimento da Teoria Quantitativa da Moeda decorreu, fundamentalmente, do artigo clássico de Friedman (Friedman 1956, pp. 3-21): “The Quantity Theory of Money- a Restatement”.

A vertente mais moderna desta escola, geralmente conhecida como neomonetarismo e aqui representada por teóricos como Dornbusch e Jeffrey Sachs, incorporou alguns artificios ao monetarismo tradicional como, por exemplo, a teoria das expectativas, segundo a qual os agentes formam expectativas inflacionárias com base na gama de informações de que dispõe sobre os fatores determinantes da taxa de inflação.

Para Dornbusch (Dornbusch & Fischer 1991) o Governo, no afã de financiar seus déficits, recorre frequentemente à expansão da base monetária (fenômeno conhecido como senhoriagem), o que constitui uma fonte importante de receita não tributária para o Estado. Mas a contrapartida desta geração de receita pública se dá na perda de poder aquisitivo da moeda, vitimando a população que absorve os ativos monetários, e se vê na contingência de aumentar os seus encaixes nominais a fim de manter constante o valor de seus encaixes reais. Isto vem a caracterizar o chamado imposto inflacionário o qual, por sua vez, é determinado pela taxa de inflação e pela base monetária real de um dado período de tempo.

A população reage aos aumentos da taxa de inflação diminuindo as suas detenções reais de moeda, recorrendo aos depósitos remunerados e outros ativos de curtíssimo prazo, que constituem a chamada moeda indexada. Mas nem todos os indivíduos logram êxito neste intento, pois enquanto alguns detêm informação e acesso aos mecanismos de indexação, outros ficam à margem do processo, se vendo obrigados pela falta de informação ou pela limitação de suas rendas, a deter a chamada “moeda podre”.

Dentre os grupos prejudicados pela alta generalizada de preços estão os que vivem à custa de aluguéis e outras rendas fixas, como os assalariados. Neste caso, a inflação provocará uma diminuição de sua renda real, beneficiando os rentistas que aplicam em títulos indexados e as empresas com maior capacidade de administração de preços não previstos.

Numa abordagem que em muito se assemelha a de Dornbusch, Sachs (Sachs & Larrain 1995, p.385) classifica a inflação em dois tipos básicos: inflação prevista e inflação não-antecipada. Nas palavras deste autor, inflação prevista “é aquela que está incluída nas expectativas e no comportamento do público antes de ela acontecer.” Já a não-antecipada “é a que vem como uma surpresa para o público, ou que vem antes de a população ter tido tempo para se ajustar totalmente à sua presença.” (Ibid).

Apesar da inflação prevista também implicar em custos sociais, é através da inflação não-antecipada que ocorrem redistribuições significativas de riquezas e de rendas entre os vários grupos da população. Estes efeitos de redistribuição afetam quaisquer detentores de ativos nominais (dinheiro e títulos com juro fixo) : “ Em geral, qualquer pessoa que tenha em seu poder um ativo financeiro, cujo retorno seja em todo ou em parte fixado em termos nominais, tende a sofrer uma perda se houver aumento imprevisto de preços.” (Ib, p. 390). Os indivíduos que percebem rendimentos fixos também sofrem a ação do mecanismo redistributivo.

Sachs, como Dornbusch, admite que nem todos os agentes sofrem perdas no mesmo grau de intensidade, revelando ser a alta de preços mais nociva para os mais pobres: “ Como a elasticidade-renda de demanda por moeda tende a ser menor que um, o próprio imposto inflacionário tende a ser regressivo, ou seja, as pessoas mais pobres pagam uma parte maior da renda como imposto inflacionário do que as mais ricas.” (Ib. , p. 391).

1.3) O ESTRUTURALISMO

A escola estruturalista vê na desigual distribuição de renda um dos mais importantes fatores determinantes de inflação. Numa acepção ampla do termo, podemos classificar como estruturalistas teóricos como Michal Kalecki, Nicholas Kaldor, Celso Furtado, Bob Rowthorn e Ignácio Rangel.

Kalecki chamava atenção para o crescimento desproporcional dos setores econômicos como uma séria ameaça ao financiamento do desenvolvimento em economias mistas. Em artigo de 1941, Kalecki esboçava esta questão referido aos países capitalistas no esforço de guerra (Vide Kalecki 1980). Sem uma adequada política agrária o crescimento econômico se daria com aumentos inflacionários dos preços dos bens necessários, beneficiando as classes de renda alta, em detrimento das demais. (Kalecki in Bénard 1969). Como os demais estruturalistas, Kalecki salientava os efeitos nocivos para a economia causados pela desproporção entre os setores, mais notadamente do setor primário em relação ao secundário e terciário. Nicholas Kaldor compartilha da mesma opinião. Em artigo sobre

taxação e desenvolvimento econômico (Kaldor in Bénard 1969) , afirma que sem uma adequada política que permita a expansão do excedente agrícola, o resultado da industrialização será inflação, em economias subdesenvolvidas. Isto deve-se ao fato de que as rendas não-agrícolas expandem-se mais rápido que a oferta de alimentos, e “ se as rendas fora da agricultura são geradas sem um acréscimo nos excedentes agrícolas, a economia rapidamente atinge uma barreira de inflação que, de uma forma ou de outra, limita a taxa de industrialização.” (Ib,p. 77).

Desta forma, o crescimento do produto industrial e do emprego é acompanhado por uma alta generalizada nos preços que, para Kaldor, se dá devido ao fracasso da resposta agrícola ao desenvolvimento da indústria. O próprio aumento nos preços agrícolas seria suficiente para reduzir o consumo urbano e evitar a inflação, não houvesse aumentos periódicos de salários compensatórios das perdas do poder aquisitivo.

Uma vez que os aumentos salariais elevam os custos industriais, os empresários os repassam para os preços, levando ao aumento de preços em toda a economia, repetindo-se novamente todo o ciclo.

Celso Furtado, representante maior do estruturalismo brasileiro, em obra que se tornou um clássico (Furtado, 1980) já afirmava que a inflação “não é em sua origem um fenômeno monetário. Resulta da ação de certos grupos que pretendem aumentar sua participação na renda real.” (p. 230). Para ele, a elevação do nível de preços seria apenas a manifestação exterior da luta pela repartição da renda, sendo a principal consequência do processo inflacionário a redistribuição de renda real.

Bob Rowthorn (Rowthorn 1982) , teórico de linha marxista, analisa a inflação como sendo um processo intimamente ligado à acumulação de capital e às formas usadas pelo Estado capitalista para regulá-lo. Para ele “a moderna inflação é um meio pelo qual o Governo procura aumentar a taxa de lucro de modo a incrementar a acumulação do capital e evitar ou amenizar as crises.” (Rowthorn, ib, p. 125).

Ainda em sua concepção, a inflação só tem efeitos distributivos na medida em que ela não é prevista pelos agentes. Do contrário, os mesmos tomarão medidas prévias que assegurem o poder real de suas rendas, diante dos efeitos corrosivos da inflação. Rowthorn trabalha ainda com modelos , mostrando que a inflação não-prevista transfere rendimentos de trabalhadores para capitalistas.

Apesar de suas críticas à escola estruturalista, podemos considerar a contribuição de Ignácio Rangel (Rangel, 1978) ao estudo e compreensão da inflação brasileira como sendo um posterior desenvolvimento daquela escola, tendo em vista que o mesmo, apesar de ter adotado um estilo próprio de análise, apontava para problemas inerentes ao sistema econômico como causas básicas da inflação.

Este autor chamava atenção para a insuficiência crônica da demanda, causada justamente pela má distribuição de renda prevalecente no país a qual leva, por sua vez, à existência de uma baixa propensão a consumir, com capacidade ociosa generalizada. Por outro lado, a falha do setor agrícola não residia em sua inelasticidade de oferta, mas sim nas formas espúrias de comercialização de seus produtos, que para Rangel consistia na “peça essencial da máquina infernal da inflação.” Desta forma, há uma relação positiva entre capacidade ociosa e inflação, a qual aumenta como reflexo do crescimento daquela.

Para os estruturalistas em geral, o aumento na oferta monetária seria apenas um reflexo da inflação, sancionando-a e reproduzindo-a. Estes, diferentemente dos monetaristas, vêem a oferta de moeda como sendo determinada endogenamente, sendo as medidas monetárias e fiscais inócuas no sentido de resolverem o drama da inflação. E a América Latina é tida como o maior exemplo da ineficácia destas políticas.

Uma vez instalado, o processo inflacionário se torna crônico, não havendo nenhum mecanismo automático que possa revertê-lo. Somente medidas que atuassem alterando a estrutura da economia seriam capazes de reverter a espiral inflacionária, erradicando os estrangulamentos e as desproporções inter-setoriais. Uma adequada política de estabilização incluiria mudanças estruturais profundas na economia de tal sorte que se pudesse atenuar as discrepâncias nos movimentos intersetoriais de preços, determinados pelos diferentes graus de monopólio². Este processo, portanto, requerendo mudanças profundas nas relações de propriedade. É então que o combate à inflação assume um caráter político.

² De acordo com Kalecki (Kalecki, 1976, cap. 2), o aumento do grau de monopólio pode implicar em redistribuição de renda a favor dos lucros, com reduções da parcela salarial.

1.4) O INERCIALISMO

De origem mais recente (meados dos anos setenta), a corrente inercialista abriga economistas como Bresser Pereira , Yoshiaki Nakano, Francisco Lopes e Pécio Arida, para citar apenas alguns. Esta abordagem da inflação chama atenção para o conflito distributivo como sendo a causa fundamental da inflação, bem como da aceleração inflacionária. As exigências dos diferentes grupos sociais de participações incompatíveis no produto teriam como reflexo desequilíbrios estruturais e inflação.

Para Bresser, a crise fiscal já não explica de forma satisfatória a inflação brasileira, como queriam os monetaristas. Os conflitos distributivos, consequência de uma má distribuição de renda , são expressos através de altas de preços, como sendo a forma que os diferentes grupos encontraram de abocanhar parcelas maiores do produto gerado na economia. A concentração de renda atual é um legado do modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, o qual promovia ao mesmo tempo crescimento acelerado e concentração . No entanto, houve ganhos de renda para todas as classes em termos absolutos, o que veio a apaziguar os ânimos daqueles que eram “vítimas”do processo concentrador. Posteriormente , com o esgotamento do modelo, vieram à tona o déficit público e a inflação, sinalizando para a economia que o problema da apropriação dos frutos do desenvolvimento não havia se resolvido. Entram em cena então os conflitos sociais contínuos e cada vez mais acirrados , bem como a crise de legitimação do Estado, devido ao descrédito e endividamento.

Em artigo que se tornou em referência para os estudiosos da visão inercialista da inflação, Pereira juntamente com Nakano (Pereira & Nakano, 1984, pp 5-21), apontava três fatores distintos que atuavam sobre os preços, fazendo-os crescer continuamente: os fatores aceleradores, que consistiriam basicamente em aumentos nas margens de lucros e salários reais acima do aumento da produtividade, os fatores mantenedores, que tratam da capacidade que os agentes econômicos possuem para repassar seus aumentos de custos para os preços e, finalmente, os fatores sancionadores do patamar de inflação, que basicamente consistem nos aumentos da quantidade nominal de moeda. Segundo eles, “ grande parte da

confusão e do debate estéril sobre a inflação deriva da incapacidade de distinguir estes três fatores.” (Pereira & Nakano, ib, p.5).

Em sua concepção, Pereira e Nakano afirmam que para se entender a inflação, deve-se ter em mente que a mesma é um fenômeno estrutural das economias capitalistas contemporâneas, as quais, por sua vez, são caracterizadas pela existência de desemprego e capacidade ociosa convivendo com altas taxas de inflação. O conflito distributivo entra em cena então como sendo o principal fator mantenedor do patamar de inflação, pelo fato dos agentes lutarem para manter sua participação relativa na renda, através da indexação formal e informal de rendimentos. O corolário deste processo, além da perpetuação da inflação, é o seu enrigecimento para baixo, com sérias implicações para a política econômica.

Ao apontar o aumento da moeda como fator sancionador da inflação, eles criticam a concepção monetarista: “ A correlação entre o aumento da quantidade de moeda e a taxa de inflação é indiscutível, mas a direção da relação causal é inversa daquela pretendida pelos monetaristas.” (Ib, p. 14). Nas economias capitalistas modernas, o Governo tem poder limitado sobre a oferta de moeda, pois o próprio sistema financeiro pode criar moeda contra a vontade das autoridades monetárias, através das chamadas quase-moedas (cartões de crédito, títulos de grande liquidez, etc.). Os dois mecanismos explicativos mais importantes, segundo a visão monetarista, para a explicação da alta generalizada de preços, quais sejam: o déficit público e a oferta de moeda, são considerados fatores endógenos, consequências e não causas da inflação, não havendo correlação direta entre déficit público e taxa de inflação.

Pereira e Nakano diferenciam o comportamento das empresas em relação à inflação, distinguindo-as entre competitivas, as quais possuem menor poder de remarcação de preços, e oligopolistas, que possuem grande capacidade de repassar quaisquer aumentos de custos, e até mesmo de expandir suas margens de lucro, e efetivamente o fazem em períodos recessivos. Esses autores também apontam para o poder da elite econômica de utilizar a inflação em proveito próprio, nas economias subdesenvolvidas: “ ... dado o imperativo de acumular e reduzir o atraso, as classes dominantes locais tendem, na expansão, a utilizar da inflação como um mecanismo de poupança forçada e na desaceleração, como um mecanismo compensatório da redução da taxa de lucro; em ambos os casos a inflação tem um claro efeito concentrador de renda.” (Ib, p. 20). Note-se que , na realidade, o trabalho

de Pereira e Nakano é uma síntese com roupagem nova das idéias de Kalecki, Keynes, Kaldor e Rangel.

Com idéias que em muito se assemelham às desenvolvidas por Bresser Pereira e Yoshiaki Nakano, Francisco Lopes é o responsável pela concepção inicial do assim chamado “choque heterodoxo”, que consiste numa intervenção drástica nos mecanismos de mercado incluindo, entre outras medidas, congelamento de preços e desindexação geral da economia, como maneira eficiente de romper o ciclo vicioso de perpetuação de inflações pretéritas na inflação presente. Para Lopes, em economias cronicamente inflacionárias como a brasileira, estabelece-se um “equilíbrio inflacionário”, o qual só se rompe quando ocorrem mudanças nos preços relativos.

Lopes destaca o fato de que, a nível macroeconômico, em uma situação de equilíbrio inflacionário, onde a inflação se estabiliza em determinado patamar, sendo portanto perfeitamente previsível, a distribuição funcional da renda fica inalterada ao longo do tempo. Isto pode mascarar o fato de que, a nível microeconômico, a distribuição de renda entre indivíduos e firmas experimenta constantes alterações: “É de se esperar que esta última distribuição se altere continuamente, de forma arbitrária, na medida em que a cada instante determinado grupo de indivíduos consiga se defender (ou se aproveitar) melhor da inflação do que os demais.” (Lopes, 1986, p. 58). Isto ocorre porque situações de equilíbrio a nível agregado nem sempre correspondem a equilíbrio a nível microeconômico.

A adoção de políticas econômicas que objetivam combater a inflação tem consequências distributivas diversas, de acordo com os instrumentos usados. No caso de uma política de controle de preços, há uma redistribuição favorável aos salários reais, diminuindo a participação dos lucros na renda nacional. O oposto se verifica quando se lança mão do controle salarial. Para que se anulassem estes efeitos colaterais distributivistas, Lopes sugeria uma política de controle simultâneo de preços e salários que reduzisse a inflação ao longo do tempo, sem mexer com a distribuição funcional da renda advertindo, no entanto, que tal política requer controles que dificilmente podem obter exatidão na prática.

Lopes, por outro lado, salienta que sua hipótese de inflação inercial difere da teoria expectacional da tendência inflacionária, a qual tenta explicar a existência de inflação através do papel desempenhado pelas expectativas dos agentes com relação à trajetória futura de equilíbrio da economia. No seu modo de ver, Lopes afirma que a inflação corrente é

determinada independentemente do estado das expectativas: “A idéia básica é que num ambiente cronicamente inflacionário, os agentes econômicos desenvolvem um comportamento fortemente defensivo na formação de preços, o qual em condições normais consiste na tentativa de recompor o pico anterior de renda real no momento de cada reajuste periódico de preço. Quando todos os agentes adotam esta estratégia de recomposição periódica dos picos, a taxa de inflação existente no sistema tende a se perpetuar: a tendência inflacionária torna-se igual à inflação passada.” (Lopes, 1986, p. 124).

O que se procurará demonstrar no capítulo seguinte é que, na realidade, a relação entre inflação e distribuição de renda é um fenômeno multifacetado que requer uma combinação de várias interpretações contudo, no caso brasileiro prevalecendo uma interpretação de natureza estrutural.

CAPÍTULO II - INFLAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA NO CONTEXTO
MACROECONÔMICO DA DÉCADA DE OITENTA

“A democracia tem dois excessos a evitar: o espírito de desigualdade, que a conduz ao governo de um só; e o espírito da igualdade extrema, que a conduz ao despotismo de um só.”

(Montesquieu, L'esprit des Lois, VIII, 2)

2.1) INTRODUÇÃO

Ao se fazer uma análise da economia brasileira na década de oitenta, duas características se destacam: a crise econômica e o acirramento das desigualdades sociais. O modelo de desenvolvimento implementado no país, o qual contemplava a industrialização via substituição de importações e a inserção do Brasil na economia internacional, não logrou amenizar as disparidades sociais, já bastante alarmantes. Ironicamente, o alto grau de crescimento experimentado pela economia só corroborou com o distanciamento entre pobres e ricos, excluindo amplas massas da população das benesses do desenvolvimento econômico. Ao lado de um crescimento fenomenal do PIB no período do “milagre econômico”, a economia experimentou um aumento na concentração sem igual em relação aos países para os quais existe documentação estatística.

O presente capítulo é uma tentativa de estabelecer correlações entre os principais indicadores de desempenho econômico e sua relação com as desigualdades de renda constatadas na década. As mudanças na economia experimentadas ao longo das três últimas décadas não parecem ter afetado o ímpeto do processo concentrador, pois na década de oitenta, quando a renda per-capita manteve-se estagnada, a concentração continuou crescente, enquanto que nas demais, a despeito de contextos macroeconômicos mais favoráveis, este processo também foi constatado.

Os anos oitenta revelaram uma deterioração tanto a nível absoluto quanto relativo de renda, sendo os estratos superiores da distribuição os únicos a apresentar ganhos absolutos de renda. A inflação desempenhou papel significativo neste processo, explicando boa parte da concentração observada. Não se pretende aqui desprezar a importância de outros fatores determinantes do nível de concentração, tais como estagnação econômica, educação, informação, segmentação e outras imperfeições de mercado, dotação inicial de riqueza e outros fatores institucionais que, juntamente com a inflação, explicam as alterações na distribuição de renda. Como ilustração, o professor Assuero Ferreira estimou um modelo de

regressão para a década de 80, entre o Índice de Theil³ e a taxa de inflação (medida pelo IGP-DI da FGV) anuais, tomados em logaritmo obtendo o seguinte resultado:

$$\ln(\text{Theil}) = -0,397 + 0,041 \ln P$$

$$(-5,94) \quad (3,56)$$

$$R^2 = 61,33\%$$

$$\text{Razão F} = 12,69$$

Sendo, Theil= Índice de Theil

P= taxa de inflação

Como se pode ver o modelo é estatisticamente significativo (ao nível de 5%) com o coeficiente angular estimado maior do que 0 e menor do que 1 (4,1%) indicando que um incremento de 100% na taxa de inflação deve implicar em média num incremento de 4,1% no coeficiente de desigualdade de Theil. Por outro lado, o coeficiente de determinação $R^2 = 61,33\%$ indica que o modelo de regressão acima explica 61,3% da variância do Índice de Theil. Nestes termos, há outros fatores importantes, além da inflação, explicando a variabilidade do índice de concentração aludido. Contudo, o nível de explicação observado é, sem dúvida, bastante alto. Mas, como é o propósito deste trabalho analisar as consequências distributivas das altas generalizadas de preços, é neste prisma que será desenvolvida a análise.

³ A opção pelos Índices de Gini e de Theil deve-se ao fato dos mesmos serem mais difundidos em estudos empíricos sobre concentração de renda. Saliente-se ainda que o Índice de Theil é mais sensível a variações nos extremos da distribuição, enquanto que o de Gini é mais sensível a mudanças no centro da mesma. Segue-se as fórmulas usadas no cálculo destes indicadores.

$$\text{Índice de Gini} \quad \sum_{i=2}^n (AG_i - AG_{i-1})(r_i - w_i)$$

$$\text{Índice de Theil-T} \quad \sum_{\{r_i \neq 0\}} r \ln(r_i / w_i)$$

$$\text{Onde: } w_i = \frac{W_i}{\left(\sum_{j=1}^n W_j\right)}, \quad r_i = \frac{W_i R_i}{\left(\sum_{j=1}^n W_j R_j\right)}, \quad Aw_i = \sum_{k=1}^i w_k \quad \text{e } AG_i = Aw_i(Aw_i - 1)$$

Apesar de bastante alarmantes , os dados relativos ao aumento na concentração colhidos nas PNADs para a década de 80 só retratam parcialmente a evolução da distribuição experimentada no país. Isto devido ao fato de que, entre 85 a 90% das rendas declaradas nas pesquisas domiciliares são referentes à renda do trabalho. As rendas da propriedade e as rendas provenientes de aplicações financeiras , características dos segmentos mais aquinhoados, são subavaliadas, figurando com uma participação ínfima no total da renda declarada nas pesquisas, quando se sabe que as mesmas possuem peso significativo na Renda Nacional. Antonio Barros de Castro, em prefácio de uma importante coletânea sobre distribuição de renda, chama atenção para este fato: “A rigor , e como tem sido sugerido por diferentes especialistas, os inquéritos domiciliares não captam um montante de renda que pode situar-se entre 40% e 50% da renda aferida pelas Contas Nacionais. O montante omitido, aliás, não deve distribuir-se de forma homogênea , sendo bastante plausível supor que os ricos tenham a sua renda mais subestimada que os pobres - o que implica dizer, tudo o mais constante, que a desigualdade efetivamente existente na economia seria ainda maior do que a registrada.” (Castro in Camargo, 1991, p. 10).

A grosso modo, e com excessão da tentativa de ajuste do Plano Cruzado, a década de 80 caracterizou-se pela alternância de medidas paliativas que não atingiam a raiz do problema inflacionário, seguidas de curtas fases de recuperação do nível de atividades, as quais não lograram perpetuar-se no tempo, acompanhadas de períodos recessivos. Tudo isto como consequência do adiamento de um amplo acordo social, que reunisse a classe política e os segmentos mais organizados da sociedade em torno de algumas diretrizes básicas de atuação. A falta de representatividade e poder político das classes inferiores, combinada ao desinteresse das classes dominantes , que são pouco ou nada afetadas pelo aguilhão inflacionário, conduziram o país a um estado de marasmo e a instalação de um processo inflacionário crônico.

A seguir se fará uma análise da distribuição de renda no contexto macroeconômico da década de oitenta, estabelecendo-se relações , sempre que possível , entre concentração de renda e as variáveis econômicas de maior relevância.

2.2) CRESCIMENTO ECONÔMICO E INFLAÇÃO NA DÉCADA DE OITENTA

A década de oitenta é uma prova viva de que o país pode conviver com elevados patamares de inflação e experimentar surtos de expansão econômica. A referida década foi marcada por alternâncias entre crescimento e decréscimo do PIB, ao lado de um agravamento crônico da crise inflacionária (com única exceção para o ano de 1986, devido ao Plano Cruzado).

Pereira (Pereira in Albuquerque (org.) 1993, p. 98) propôs uma periodização da conjuntura econômica dos anos 80 da seguinte forma:

- 1) 1981-83: recessão combinada com aumento da inflação e crise da dívida externa;
- 2) 1984-85: retomada do crescimento econômico, associada à inflação;
- 3) 1986-88: políticas “heterodoxas” e “ortodoxas”, desarticulação dos preços relativos e aceleração da inflação.

Uma periodização alternativa, mais adequada aos propósitos deste trabalho, pode ser feita considerando-se quatro momentos distintos na trajetória econômica da década:

- 1) 1981-1982 : recessão, com uma taxa média de crescimento do PIB de 1,7% para os três anos, convivendo com um patamar de inflação em torno de 100% ao ano e crise da dívida externa;
- 2) 1983-1985 : reaceleração da economia, que saía de uma contração em 1983 para atingir, em 1985, uma taxa de crescimento da ordem de 7,9%, a segunda maior da década. Tudo isto ocorrendo paralelamente a um patamar inflacionário que saltou de uma taxa média de 100%, no período anterior, para oscilar na faixa dos 220% ao ano;
- 3) 1986 : implantação do Plano Cruzado, reduzindo-se abruptamente a inflação, sem quebra do ritmo de expansão do produto interno;
- 4) 1987-1989 : queda do ritmo de crescimento do produto e aceleração inflacionária.

Por fim o ano de 1989 cerra as cortinas da década com um nível histórico de inflação (1.782,9%, de acordo com o IGP-DI da FGV), convivendo com uma taxa de crescimento da ordem de 3,3% do PIB (IBGE). Isto comprova o fato de que a aceleração inflacionária não é, necessariamente, inibidora do crescimento econômico. O Coeficiente de Correlação ordinal de Spearman, entre crescimento do PIB e inflação (medida pelo IGP-DI da FGV), é de - 0,0061, não sendo estatisticamente significativo.

A tabela 2.1 e o gráfico 2.1 permitem uma comparação do desempenho econômico (medido pelo PIB), relativamente às taxas de inflação correspondentes verificadas no período. Ressalte-se ainda, neste mesmo ano, a tentativa do governo de debelar a inflação através de um pacote de medidas (Plano Verão) que, dentre outras, contemplavam uma contenção de demanda através da elevação da taxa de juros.

A estagnação do PIB per-capita ao longo da década foi o corolário da exaustão do modelo de desenvolvimento implementado na década anterior, o qual proporcionou altos níveis de crescimento do PIB nos anos setenta, levando a melhorias dos níveis de vida da população, particularmente da classe média. No entanto, este modelo logo entra em profunda crise, deixando como legado uma enorme dívida ao Estado, que se vê na contingência de honrar seus compromissos, tanto com credores externos como internos. A crise do endividamento é um componente crucial na explicação do esgotamento e consequente crise fiscal do estado brasileiro, bem como das altas taxas de inflação observadas, que já para o fim da década beiravam a hiperinflação.

TABELA 2.1

Produto Interno Bruto (variação anual) e Índice Geral de Preços- 1980/1989

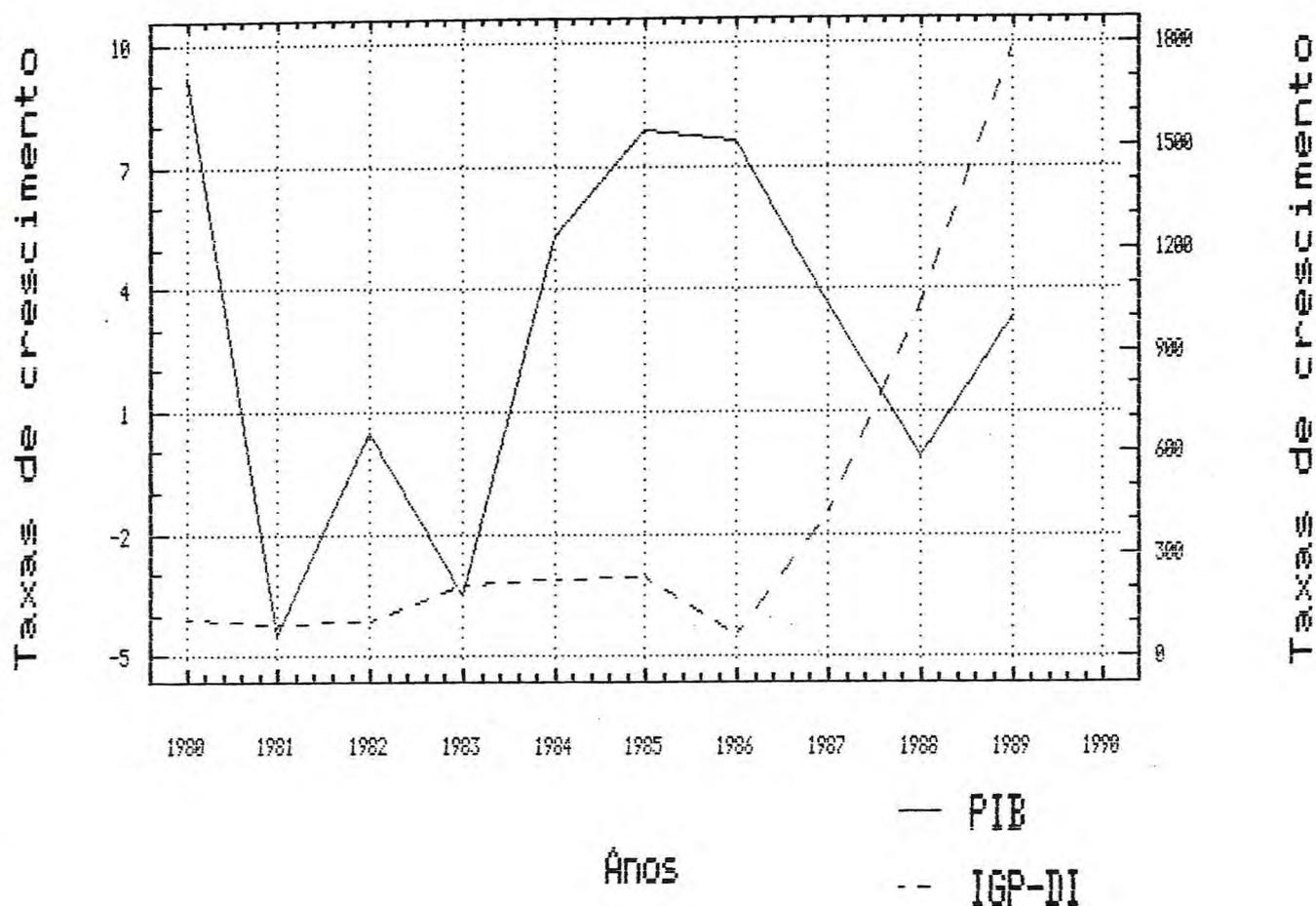
ANO	PIB	IGP-DI
	Varição anual (%)	Taxa de Variação anual (%)
1980	9,2	110,2
1981	-4,5	95,2
1982	0,5	99,7
1983	-3,5	211,0
1984	5,3	223,8
1985	7,9	235,1
1986	7,6	65,0
1987	3,6	415,8
1988	-0,1	1.037,6
1989	3,3	1.782,9

Fonte: IPEA, "Perspectivas da Economia Brasileira-1994"
Rio de Janeiro, 1993, v.2.
Elaboração: IPEA-DIPES/GAC.

O processo social de constituição de uma sociedade desenvolvida então verificado sofre uma solução de continuidade, dando lugar a um padrão evolutivo truncado, marcado por avanços e retrocessos, do ponto de vista social, os quais caracterizam a década de oitenta. Albuquerque e Villela (in Albuquerque 1993) classificaram o desenvolvimento experimentado na década em questão como uma "estagnação socialmente truncada", por se tratar de "um processo de evolução social incompleto, mutilado, que tende a tornar-se gradativamente exclusivo, acirrando o conflito distributivo, ampliando as tensões sociais, reduzindo o espaço das escolhas pessoais e, em decorrência, a participação econômica de significativos segmentos da população." (Albuquerque, ib, p. 48).

GRÁFICO 2.1

Brasil. Taxas de crescimento do PIB e IGP-DI. Percentagens. 1980-89.



Como frisado, a atual problemática econômica e social deve ser entendida sob a ótica da crise do modelo de desenvolvimento implementado a partir de meados da década de sessenta. Como as políticas econômicas da década de oitenta passaram ao largo dos problemas de natureza estrutural, não havendo nenhum projeto consistente e sistemático de retomada do desenvolvimento o resultado, como era de se esperar, foi o agravamento da situação então vigente, materializado através de sucessivos períodos recessivos e tentativas

frustradas de conter o ritmo inflacionário, caracterizando o período como sendo de uma “transição sem projeto”. Como bem percebeu Plínio Pereira (Pereira in Albuquerque 1993), “o prolongamento da crise deve ser entendido como um processo de intensificação da acumulação de determinados segmentos do grande capital privado nacional e internacional e da concentração de renda num contexto em que a economia não cresce em termos reais há mais de dez anos.” (Albuquerque, ib, p. 98).

Um aspecto relevante ao se analisar o crescimento do PIB per capita no período de 1980 a 1989 é a grande oscilação experimentada pôr este indicador (Ver Tabela 2.2). Os efeitos das diminuições no produto penalizam de forma mais severa indivíduos que estão na base da pirâmide social brasileira, dada sua maior fragilidade econômica. Este efeito perverso da recessão só não foi maior no período devido a uma queda observada no crescimento vegetativo da população, que atuou amenizando os efeitos da crise econômica.

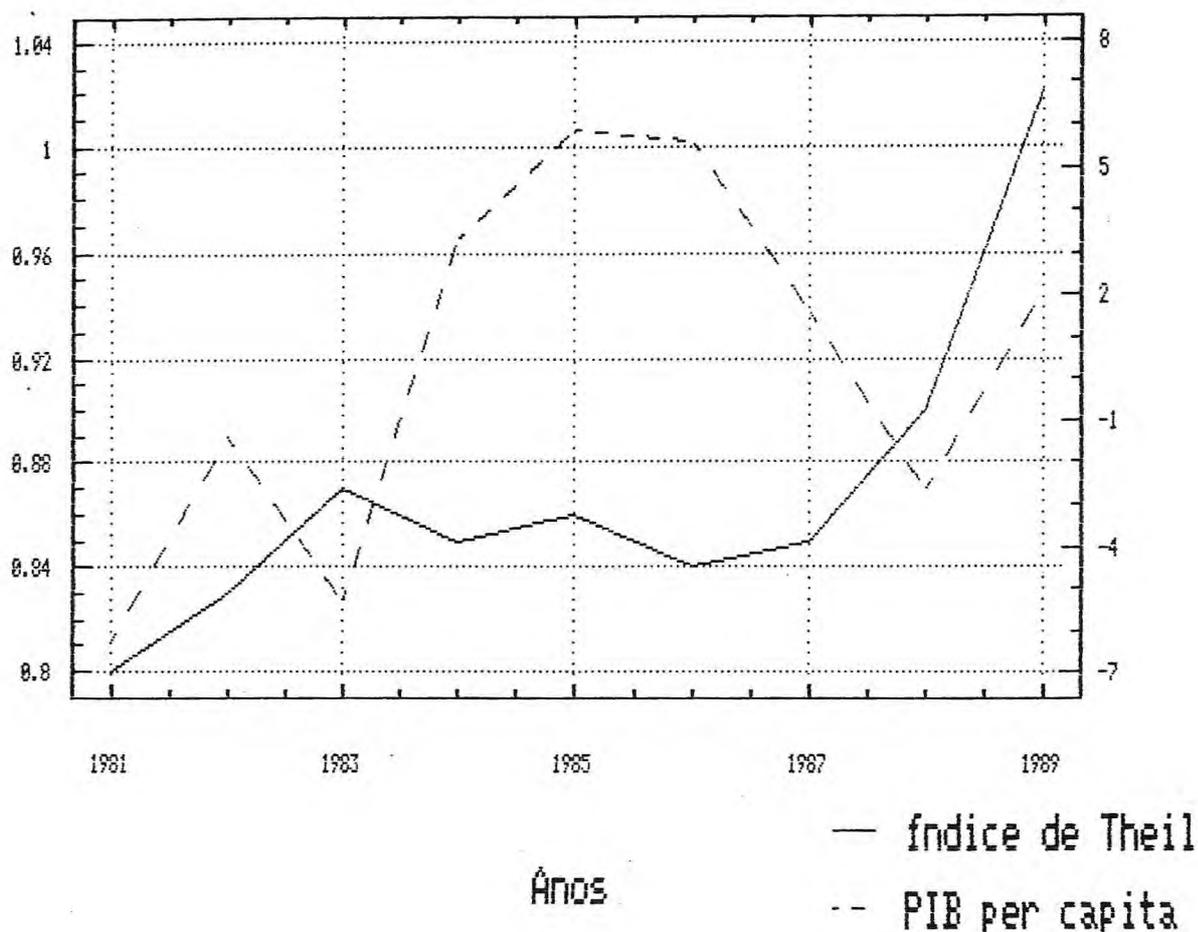
Ao contrário do que muitos esperavam, não se observou uma redução na concentração da renda com o crescimento econômico do período do “milagre”. A década de 80 evidencia a tese de que não há uma correlação definida entre crescimento econômico (medido pelo PIB per capita) e concentração. O Coeficiente de Correlação ordinal de Spearman entre crescimento do PIB per capita e índice de concentração foi igual a 0,1339, que não é estatisticamente significativo. Este fato está ilustrado no gráfico 2.2, onde se relacionou taxa de crescimento do PIB per capita e Índice de Theil-T.

2.3) DESIGUALDADE DE RENDA NA DÉCADA DE OITENTA

O Brasil ocupa lugar de destaque nos relatórios do Banco Mundial, sendo o seu grau de concentração superior até mesmo a países atrasados da África. A tabela 2.3 apresenta-o como sendo o campeão absoluto de desigualdade, ao se comparar as rendas apropriadas pelos 10% mais ricos, em relação aos 40% mais pobres. No Brasil este índice chegou a 5,8, significando que um indivíduo entre os 10% mais ricos ganha aproximadamente 25 vezes mais do que um situado na categoria dos 40% mais pobres. Isto devido ao fato de que existem quatro vezes mais pessoas neste último extrato de renda do que no superior.

GRÁFICO 2.2

Brasil. Taxa de crescimento do PIB per capita e índice de Theil-T. 1981-1989.



A constatação das enormes disparidades de renda existentes na economia brasileira datam de meados da década de cinquenta, quando foram divulgadas as primeiras estatísticas nacionais de renda e produto. Nesta época, destacaram-se os desníveis regionais, mais notadamente entre Nordeste e Sudeste, o que levou o governo da época a implementar políticas que objetivavam privilegiar as regiões menos desenvolvidas.

TABELA 2.2

Produto Interno Bruto Real , variações nos valores totais e per-capita - 1980/89

ANO	PIB		PIB (per-capita)	
	Cr\$ 1.000 (Preços de 1980)	Variação anual (%)	Cr\$ 1.000 (Preços de 1980)	Variação anual (%)
1980	12.450	9,2	0,105	6,8
1981	11.895	-4,5	0,098	-6,3
1982	11.959	0,5	0,097	-1,4
1983	11.546	-3,5	0,092	-5,3
1984	12.153	5,3	0,095	3,3
1985	13.117	7,9	0,100	5,9
1986	14.114	7,6	0,106	5,6
1987	14.621	3,6	0,108	1,6
1988	14.606	-0,1	0,105	-2,7
1989	15.085	3,3	0,107	2,1

Fonte: IBGE - Diretoria de Pesquisas - Dep. de Contas Nacionais
 In: "Perspectivas da Economia Brasileira - 1994"
 Rio de Janeiro, 1993, v.2.

Na década de setenta, o debate se transferiu para o aspecto interpessoal da distribuição , devido à publicação dos primeiros resultados do censo econômico, quando se constatou , através de comparação dos Censos Demográficos de 60 e 70 a acentuação das desigualdades de renda. Langoni tomou a dianteira na interpretação deste processo, através da elaboração de um trabalho no qual admitiu o agravamento na concentração, alegando que este era determinado, na perspectiva da Teoria do capital humano⁴, basicamente, pela escassez de mão-de-obra qualificada no período. A partir de então, a análise da questão

⁴De acordo com esta teoria as rendas dos indivíduos são consequência de suas habilidades individuais, bem como de suas escolhas racionais, em um contexto de informação perfeita e igualdade de oportunidades. O papel da educação assume lugar de destaque, explicando a maior parte da desigualdade existente entre as rendas que refletem, em última análise, escolhas pessoais e preferências dos diversos agentes econômicos. Pôr não considerar a inflação como uma das variáveis explicativas da concentração, esta teoria não foi destacada neste trabalho.

distributiva passou a ser um tema constante para os economistas , surgindo um leque amplo de trabalhos, com diferenciadas linhas de análise.

TABELA 2.3

Razão entre a proporção de renda apropriada pelos 10% mais ricos e a proporção apropriada pelos 40% mais pobres

PAÍSES	RAZÃO	PAÍSES	RAZÃO
Ásia		Países Desenvolvidos	
Bangladesh	1.1	Austrália	1.6
Índia	1.4	Canadá	1.3
Filipinas	2.1	Holanda	1.2
África		Itália	1.3
Botsuana	4.8	Polônia	0.9
Costa do Marfim	2.8	Espanha	1.3
América Latina		Suécia	1.0
Brasil	5.8	Suíça	1.8
Colômbia	2.8	Estados Unidos	1.6
Peru	2.8		
Venezuela	2.4		

Fonte: Human Development Report 1991, United Nations.
In "Perspectivas da Economia Brasileira - 1994".
Rio de Janeiro, 1993, v. 2.

Ao longo dos anos setenta e oitenta confirmou-se , a partir das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) , elaboradas pelo IBGE, o perfil concentrado da distribuição da renda nacional. Um fato que chama atenção no perfil distributivo nacional é a assimetria entre os extratos mais pobres e a fina camada do percentil superior. Em artigo de publicação recente , Lacerda (Lacerda 1994) constata este fato: "Analisando-se o período de nove anos compreendidos entre 1981 e 1989, a renda dos 10% mais ricos da população brasileira, que representava 46,6% da renda total em 1981 - um percentual já extremamente

elevado em comparação ao de outros países, (...) - , elevou-se para 53,2% , ou seja, aumentou em 14,2%” . E ainda: “No estrato dos 1% mais ricos, o aumento da concentração foi ainda maior. Estes, que em 1981 detinham 13% da renda total, aumentaram sua participação no bolo para 17,3%, o que representa um incremento de 33,1%.” (Lacerda, ib, p. 136) . A tabela 2.4 ilustra esta afirmação.

TABELA 2.4

Distribuição do Rendimento Mensal - Brasil (*)

Parcela da população	(1)	(2)	(2):(1)
	1981	1989	
20% mais pobres	2,7%	2,0%	-25,9%
50% mais pobres	13,4%	10,4%	-22,4%
1% mais ricos	13,0%	17,3%	+33,1%
10% mais ricos	46,6%	53,2%	+14,2%

(*) pessoas com dez ou mais anos de idade.

Fonte: LACERDA, Antônio C., “Distribuição de renda no Brasil nos anos 80”.
Revista de Economia Política , vol. 14, n. 3, Julho-Setembro/1994.

Além de possuir um índice muito elevado de concentração, uma outra característica perversa da distribuição de renda na economia brasileira é a assimetria entre os extratos mais pobres e o percentil superior. Este fato é ilustrado na tabela 2.5. Usando-se o indicador R 1/40 (razão entre a renda do 1% mais rico e a dos 40% mais pobres), notamos uma variação de 38,5%, no período entre 1979 e 1990. Se tomarmos as situações extremas, comparando o ano de 1981 , quando o indicador chegou a 1,309 e o ano de 1989, quando o mesmo atingiu 2,318 (ressalte-se que a inflação atingiu neste mesmo ano o seu maior nível), tem-se uma variação de 77%. Na década de oitenta , tanto a renda pessoal se tornou mais concentrada quanto houve perdas nas rendas absolutas para a população como um todo, com excessão do percentil superior, que obteve ganhos de renda real.

TABELA 2.5

Brasil - indicadores selecionados da distribuição de renda da população economicamente ativa com rendimento não-nulo (1979-1990) .

Estratos de renda	% da renda 1979	% da renda 1990	Taxa de variação (%)
20% inferiores	2,9	2,3	-21
20% seguintes	6,6	4,9	-26
20% seguintes	10,1	9,1	-10
20% seguintes	17,6	17,6	0
20% superiores	62,8	66,1	5,2
10% superiores	46,8	49,7	6,2
5% superiores	33,8	35,8	5,9
1% superior	13,8	14,6	5,8
Índice de Gini	0,580	0,615	6
R 1/40	1,453	2,012	38,5

Fonte: BONELLI, Régis & RAMOS, Lauro. "Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70." *Revista de Economia Política*, vol. 13, n. 2, Abril-Junho/93.

Para uma correta percepção da gravidade do problema da concentração no Brasil, foram feitos cálculos (com os dados da Tabela 2.3) de rendas médias⁵ para percentis

⁵ Considerando-se

Y_i = renda do intervalo considerado
 \bar{Y}_i = renda média do intervalo considerado
 N_i = quantidade de pessoas do intervalo

temos que:

$$\bar{Y}_i = \frac{Y_i}{N_i}$$

escolhidos aleatoriamente, a fim de se mostrar a distância entre o que percebem como rendimentos individuais dos extratos inferiores da escala distributiva, relativamente àqueles que estão localizados no topo. O resultado está contido na Tabela 2.6. Dois fatos se destacam na análise dos dados da tabela. Em primeiro lugar a enorme distância entre os rendimentos dos indivíduos localizados nos extremos da distribuição, a ponto de em 1981 a renda média de alguém situado no percentil superior (1% superior) superar em mais de 48 vezes o rendimento médio daqueles que ocupam a metade inferior da distribuição. Como se isto não bastasse, o outro fato refere-se ao alarmante aumento, no curto período de oito anos, do mesmo indicador, que saltou de 48,51 para 83,17 !

Régis Bonelli e Lauro Ramos (Bonelli, 1993) observam que o crescente distanciamento de rendas entre ricos e pobres nos últimos trinta anos se deu tanto em conjunturas economicamente favoráveis, como também nas desfavoráveis: “ a desigualdade parece ter aumentado independentemente do contexto macroeconômico. Como é bem sabido, tanto os anos 60 quanto os 70 foram, em média, períodos de crescimento acelerado da renda e do emprego. O contraste com o desempenho agregado nos anos 80 é, nesse sentido, gritante. No entanto, o aumento da desigualdade conforme medido pelo índice de Gini foi aproximadamente da mesma magnitude em ambas as décadas de 70 e 80, quando se comparam os anos extremos.” (Bonelli, ib, p. 79).

TABELA 2.6

Relação entre as rendas médias dos indivíduos de percentis escolhidos - Brasil

Razões	1981	1989
<u>10% mais ricos</u> 20% mais pobres	34,52	53,20
<u>10% mais ricos</u> 50% mais pobres	17,39	25,58
<u>1% mais ricos</u> 50% mais pobres	48,51	83,17

Fonte: Tabela 2.4

Uma singularidade da concentração da chamada “década perdida” consiste no fato de que, comparativamente à concentração observada nas décadas de 60 e 70, ela se mostrou mais hostil às camadas mais pobres. Nos anos 60, a classe média foi o grupo que mais sofreu perdas de renda. Isto é comprovado na tabela 2.7 ao se verificar a grande mudança no índice de Gini (de 0,50 para 0,56) de 1960 para 1970. Já nos anos 80 o destaque é o peso das mudanças nas caudas da distribuição. Vê-se que a relação de renda existente entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres eleva-se de 47 para 78, entre 1980 a 1990, sendo quase quatro vezes maior do que esta mesma variação nas décadas de 60 e 70.

TABELA 2.7

Desigualdade de renda no Brasil - 1960/1990.

Ano	Índice de Gini	10+/10-
1960	.50	34
1970	.56	40
1980	.59	47
1990	.63	78

Fonte: Barros, Mendonça e Rocha (1993).
 In “ Perspectivas da Economia Brasileira - 1994”
 Rio de Janeiro, 1993, v. 2.

2.4) DESIGUALDADE DE RENDA E INFLAÇÃO

Ao finalizar um artigo no qual trata da distribuição de renda na década de oitenta, Lacerda conclui que “ o processo de concentração verificado nos anos 80 nos mostra que o processo inflacionário brasileiro , agravado com as sucessivas intervenções na política de estabilização, acabou transformando-se num processo de transferência de renda, que tendeu a privilegiar os mais ricos, em detrimento dos mais pobres.” (Lacerda, 1994, p. 138). Segundo esse autor, a inflação favorece os indivíduos detentores de capital, que tem a seu favor os processos formais e informais de indexação, bem como as elevadas taxas de juros

reais⁶. Ao contrário destes, que obtêm ganhos através da receita inflacionária e do financiamento da dívida pública, os cidadãos desfavorecidos são penalizados pela falta de acesso ou mesmo de conhecimento dos mecanismos defensivos, sofrendo reduções substanciais nos seus rendimentos reais. A associação positiva entre inflação e desigualdade é facilmente percebida ao se analisar os índices de preços da década de 80 e os vários índices de concentração do mesmo período. A tabela 2.8 e o gráfico 2.3 ilustram o fato de que, com excessão do ano de 1984(provavelmente devido ao fato de a economia ter saído de uma recessão para um novo surto de crescimento), os movimentos nos índices de Gini e de Theil sempre andaram na mesma direção das taxas de inflação.

TABELA 2.8

Índice Geral de Preços e Índices de concentração de renda⁷.

Ano	IGP-DI	Distribuição da PEA segundo renda total	
	Taxa de variação (%)	Coefficiente de Gini	Theil-T
1981	95,2	0,63	0,80
1982	99,7	0,64	0,83
1983	211,0	0,65	0,87
1984	223,8	0,64	0,85
1985	235,1	0,65	0,86
1986	65,0	0,63	0,84
1987	415,8	0,64	0,85
1988	1.037,6	0,66	0,90
1989	1.782,9	0,67	1,02

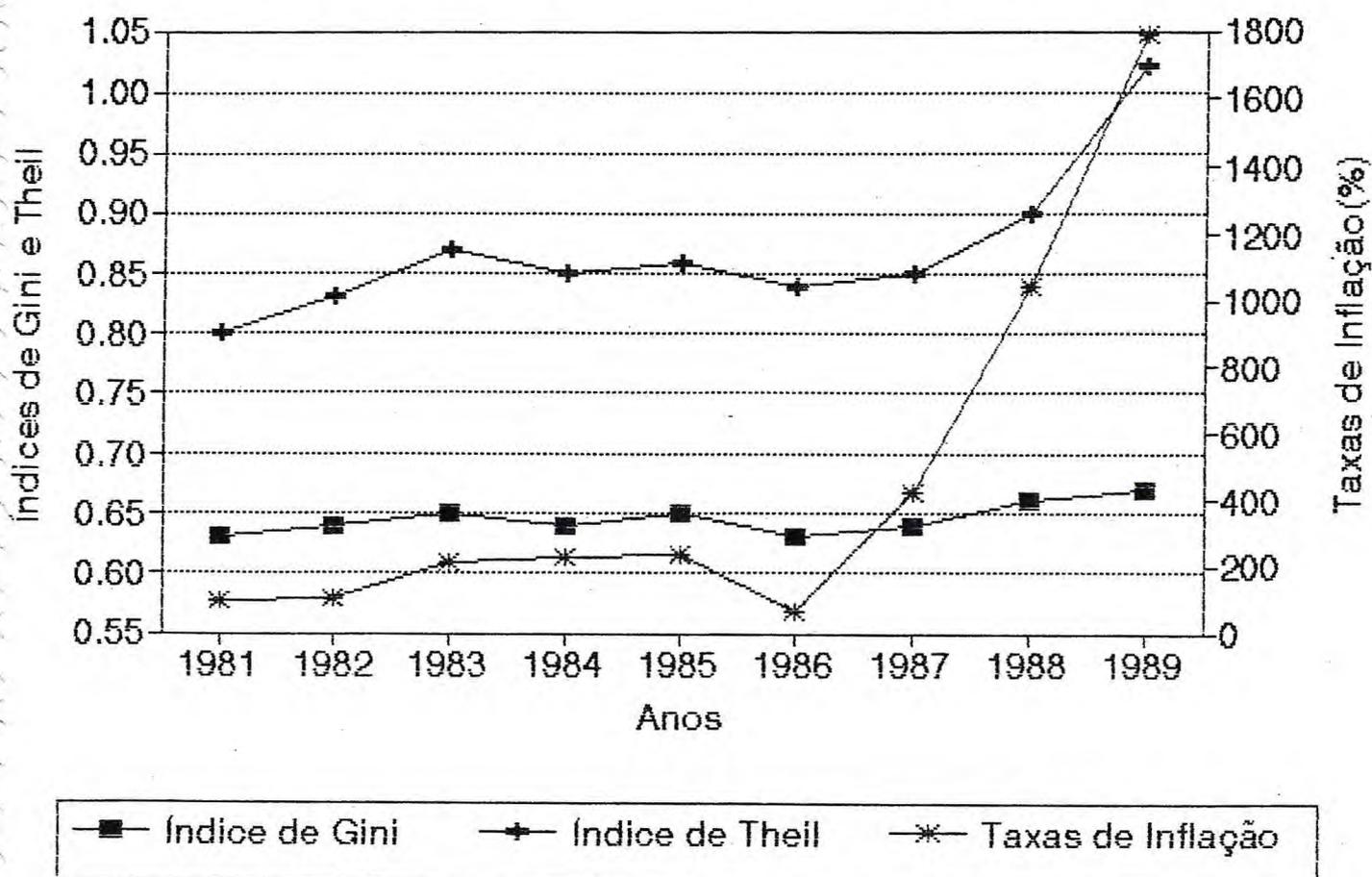
Fonte: "Perspectivas da Economia Brasileira - 1994"
Rio de Janeiro, 1993, v.2.

⁶ Como exemplo das altas taxas de juros reais praticadas na década, podemos citar os juros do overnight durante o Plano Verão, que chegaram a atingir a exorbitante taxa de 30% ao mês!

⁷ Ver comentários sobre índices de concentração na nota de rodapé n. 3.

GRÁFICO 2.3

Brasil. Taxas de Inflação (IGP-DI) e índices de Theil e Gini, 1981-1989.



Tavares (Tavares 1983) foi quem pioneiramente chamou atenção para o desvirtuamento do Sistema Financeiro Nacional, o qual beneficiava os bancos e os indivíduos detentores de recursos ociosos, em detrimento dos demais agentes econômicos. Diante do agravamento da inflação, surge no cenário financeiro uma nova moeda, superior ao papel-moeda de curso forçado pôr possuir risco nulo, liquidez garantida e proteção contra a inflação. Essa autora qualificou esta nova moeda de “dinheiro financeiro”, nutrido pela aceleração inflacionária e promotor dela. Pôr outro lado, a maior parte da população se vê obrigada a transacionar

com o “mau dinheiro”, que é corroído pelo processo inflacionário, contra o qual não possui nenhuma proteção. Estabelece-se então um novo processo de transferência de rendas , com a existência simultânea de duas moedas : a do pobre - o papel-moeda, e a do rico - a moeda indexada.

Um modo de ver as transferências de renda via alta generalizada de preços, na perspectiva monetarista, é através das assim chamadas “transferências inflacionárias”. Rubens Cysne trata da questão no artigo “Imposto inflacionário e transferências inflacionárias no Brasil” da seguinte forma: “o imposto inflacionário representa um pesado fardo para pessoas físicas e jurídicas (não bancárias) residentes no país e , sobretudo, para os indivíduos de menor renda, cuja porcentagem do encaixe em meios de pagamento sobre o total dos ganhos é muito maior (o que implica num maior imposto inflacionário em relação à renda) do que aquela relativa aos indivíduos de maior poder aquisitivo. Este fator atua no sentido de aumentar as desigualdades na distribuição de renda.” (Cysne, 1994, p. 127). Cysne diferencia os ganhos do Banco Central (Imposto inflacionário) dos ganhos brutos dos bancos comerciais (Transferências inflacionárias), chamando o agregado de transferências inflacionárias totais. Segundo ele, “Este total mede a perda global da sociedade decorrente da superposição do fato de haver inflação, dos meios de pagamento não estarem protegidos contra esta inflação, e da população ser obrigada a transacionar com estes meios de pagamento.” (Ib, p. 122). A tabela 2.9 reflete o peso das transferências totais sobre a produção da economia na década de 80, dando uma dimensão aproximada da gravidade do problema. Note-se que o ano em que houve maior transferência foi o de 1989, quando a inflação atingiu seu ápice.

Ao se analisar os resultados das pesquisas sobre distribuição de renda no Brasil, deve-se levar em conta que a maior parte do total de renda declarado nos Censos Demográficos e nas PNADs (algo em torno de 85 a 90%) são oriundos do trabalho. Faz-se necessária , então , uma análise das influências da estrutura do mercado de trabalho como condicionante da desigualdade de rendimentos derivados do trabalho.

TABELA 2.9

Inflação e transferências inflacionárias totais - 1980/1989.

Ano	Inflação	TIT/PIB
1980	110,2	6,27
1981	95,1	4,48
1982	99,8	4,45
1983	210,9	5,47
1984	223,8	4,26
1985	235,1	4,56
1986	65,0	3,22
1987	415,8	6,69
1988	1.037,6	6,50
1989	1.782,9	6,70

Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Projeto Áries.

In CYSNE, Rubens P., "Imposto inflacionário e transferências inflacionárias no Brasil." *Revista de Economia Política*, vol. 14, n. 3, Julho-Setembro/1994.

Kalecki já chamava atenção para o fato de que tanto as imperfeições de mercado como os conflitos entre capital e trabalho influenciam o perfil distributivo da economia. Dada a prática das firmas oligopolistas de formarem seus preços a partir da fixação de uma margem (mark-up) sobre os seus custos variáveis, quaisquer aumentos de salários, advindos do poder reivindicatório dos trabalhadores, são prontamente transferidos para os preços dos produtos. Como a margem utilizada pelas firmas depende da maior ou menor competição enfrentada pelo setor no qual estão inseridas, tem-se que o poder de barganha difere entre os vários sindicatos trabalhistas, de acordo com o ramo de atividade. Consequentemente, os trabalhadores dos segmentos mais competitivos da economia têm maior dificuldade de obter reajustes salariais que reponham perdas inflacionárias, comparativamente aos segmentos oligopolizados.

A correta percepção do papel distributivo da aceleração inflacionária pressupõe o conhecimento do modo como são fixados os preços e salários nos diferentes setores do

mercado de trabalho e de bens. Isto porque a inflação favorece aqueles agentes cuja capacidade de reajustar preços é maior. Segundo análise feita por Edward Amadeo e José Márcio Camargo (Amadeo & Camargo, 1991), são as empresas que , em última análise , determinam a relação preços/salários, através da capacidade que possuem de fixarem os preços de seus bens, beneficiando-se de um menor prazo de reajuste em relação aos salários, com claras consequências distributivas. Segundo eles, “Na economia brasileira existe uma relação direta entre a capacidade de as firmas arbitrarem seus preços sem riscos de perdas de mercado e a capacidade de os sindicatos conseguirem os reajustes salariais desejados.” (Amadeo & Camargo, ib, p. 15). Isto implica que as empresas fortes em seu mercado atendem mais facilmente as demandas salariais do que outras de setores mais concorrenciais. Estabelece-se então o que Amadeo e Camargo convencionaram chamar de “filosofia do repasse” no setor oligopolizado, isto é: “desde que seja possível repassar aos preços os aumentos de salários, as empresas resistem pouco às demandas dos sindicatos. Com isto, evitam problemas com sua força de trabalho, reduzem o nível de conflito e as negociações salariais tornam-se efetivamente ‘tranquilas’.” (Ib, p. 17). Implanta-se então um processo de transferência de rendas dos trabalhadores das empresas mais competitivas para os trabalhadores dos setores oligopolizados.

A dispersão de preços e salários verificada na economia brasileira na década de 80 está diretamente associada à capacidade diferenciada que os diferentes setores possuem de se defenderem da inflação, provocando uma assimetria dos setores mais oligopolizados , em relação aos mais competitivos. Desta forma, “ a inflação transfere renda dos segmentos menos organizados (e mais pobres) dos mercados de trabalho e de produto para os segmentos mais organizados (e relativamente mais ricos) , aumentando a dispersão salarial e contribuindo para a piora da distribuição de renda no país.” (Ib, p. 26).

CAPÍTULO 3 - CONCLUSÃO

“Planejar para o futuro um Brasil mais igual é missão fácil, que logo merece o aplauso de todos. Na prática, porém, trata-se de executar projeto de transformação econômica, social e política que poucos países conseguiram realizar pacífica e democraticamente.”

(Roberto C. de Albuquerque e Renato Villela, *O Brasil Social*)

CONCLUSÃO

A década de 80, para a economia brasileira, oferece um retrato claro de como a inflação pode atuar como um perverso instrumento concentrador de rendas. Isto, independente dos cenários macroeconômicos favoráveis ou não. Períodos expansivos, como o ano de 1985, não lograram diminuir a distância entre pobres e ricos, antes aumentaram-na, comprovando o fato de que se faz necessário, além de crescimento econômico, medidas de cunho estrutural para o equacionamento do problema distributivo na economia nacional, que só vem se agravando desde o surto expansionista do chamado “milagre brasileiro”.

Por outro lado, o estudo do fenômeno inflacionário não é simples, pois se trata de uma manifestação, a nível de preços, de profundos e variados desajustes estruturais, nem sempre discerníveis no tempo, que se combinam, potencializando os seus efeitos e perpetuando a sua ação no tempo e no espaço. Isto conduz inevitavelmente a diferentes interpretações do processo, que são afetadas não só pela maneira peculiar de perceber o problema do teórico, mas também pela sua postura ideológica. Sabendo-se disto, procurou-se aqui extrair das principais correntes instrumentos que permitissem avaliar os efeitos redistributivos de renda advindos da inflação. Isto deixa transparecer que, no estudo da inflação, não existe uma explicação única que dê conta de todas as facetas complexas do processo, sendo muito mais explicativa uma combinação de aspectos frisados por diferentes correntes de pensamento, contudo predominando as concepções estruturais.

A convivência de duas moedas na economia, aspecto perverso da inflação brasileira, considerado por estudiosos de postura estruturalista, como Conceição Tavares, bem como por monetaristas como Cysne e Dornbusch, operou transferindo renda dos setores e agentes menos favorecidos para os setores detentores de capital, conforme demonstrado no item 2.4.

Para a corrente estruturalista a própria desigualdade de renda entre os agentes atua como um dos mais importantes fatores criadores de inflação, ao condicionar o acesso dos indivíduos ao mercado de bens industrializados e o seu papel

(capitalista/assalariado) no setor produtivo às suas diferentes dotações de riqueza. A não resolução de problemas estruturais como concentração de terras e de capital levou o país à implantação de um modelo de crescimento iníquo, que visava produzir em larga escala bens de consumo duráveis para a classe média, obtendo para tanto recursos extraídos dos grupos mais pobres, que tinham seus salários achatados.

Dada a não-resolução das limitações de natureza estrutural, o modelo de desenvolvimento implementado no Brasil entra em crise permanente, manifestada pela estagnação do PIB per capita, crise de endividamento externo e interno e instalação de um processo inflacionário crônico. A combinação destes processos simultâneos foi chamada pelos economistas de “estagflação”, tornando-se a melhor maneira de qualificar o que ocorria na economia da “década perdida”.

Os inercialistas comungam da mesma opinião dos estruturalistas, ao afirmarem que a atual concentração de renda é uma herança do modelo de desenvolvimento adotado no passado, o qual instalou um processo desigual de apropriação dos resultados econômicos, causa primordial da inflação e da sua conseqüente aceleração observada nos anos 80. O fortalecimento dos sindicatos trabalhistas e o avanço da democracia com o fim do regime militar, trouxeram à tona reivindicações antigas, amordaçadas pelo controle autoritário daquele período sobre o movimento trabalhista. Sob o pretexto de promover desenvolvimento econômico, os militares optaram por se posicionar ao lado do capital, favorecendo a acumulação capitalista, com altas quotas de sacrifício para os trabalhadores.

A rigidez para baixo dos patamares inflacionários, constatada durante toda a década (com excessão do ano de 1986, devido ao congelamento de preços) revela o componente inercial instalado no bojo do processo de alta generalizada de preços. Isto devido à luta dos agentes econômicos para manterem suas participações no produto gerado, fazendo com que se atinja taxas sempre superiores de inflação em períodos futuros. Paralelamente às altas de preços notamos, conforme exposto na tabela 2.7, que ocorreu um processo de elevação dos índices de concentração. O ano de 1989 é ilustrativo da relação existente entre inflação e concentração, quando se verificaram os picos tanto de inflação (1.789,9% segundo o IGP-DI da FGV) como de concentração de renda (quando o Índice de Theil atingiu 1,02).

A inflação também afeta diferentemente as distintas categorias de trabalhadores, de acordo com a estrutura de mercado das empresas em que trabalham. Isto é devido ao fato de que as empresas dos setores oligopolizados possuem um maior poder de remarcar preços, relativamente àquelas dos setores concorrenciais. Quaisquer aumentos de custos, sejam estes originados pelas elevações de salários ou demais custos de produção, são imediatamente repassados para os preços dos produtos, sem perigo de perdas de mercado. Como consequência, os trabalhadores destes setores têm enorme facilidade de reposição de perdas inflacionárias em detrimento dos demais trabalhadores, penalizados com os constantes aumentos do seu custo de vida, cuja reposição se dá em menor proporção e de forma mais lenta.

Qualquer tentativa deliberada de criação de um país mais justo, onde os rendimentos sejam mais igualitariamente distribuídos, passa necessariamente por profundas reformas estruturais, que alterem o perfil atual de distribuição, raiz do mal-estar social e da insatisfação que permeiam o país neste final de século. Modificações na distribuição de riqueza física e estancamento do processo inflacionário são imperativos de qualquer retomada do desenvolvimento. Estas transformações, no entanto, não se dão naturalmente, constituindo uma espinhosa tarefa em vista da forte oposição das elites econômicas, bem representadas politicamente. Cabe ao povo, através de conscientização e mobilização conjunta, buscar um novo projeto nacional que contemple a reversão do atual quadro de miséria e apatia instalado.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Roberto C. de (coord.). *O Brasil social: realidades, desafios, opções*. Rio de Janeiro, IPEA, 1993.
- AMADEO, Edward J. & CAMARGO, José M. Mercado de trabalho e dança distributiva. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 11(3) Julho/Setembro 1991, p. 13-28.
- BÉNARD, J. *et alli*. *Programação do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1969.
- BONELLI, R. & RAMOS, Lauro. Distribuição de renda no Brasil: avaliação das tendências de longo prazo e mudanças na desigualdade desde meados dos anos 70. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 13(2) Abril/Junho 1993, p. 76-94.
- CAMARGO, José M. & RAMOS, Carlos A. *A revolução indesejada: Conflito distributivo e mercado de trabalho*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- CAMARGO, José M. & GIAMBIAGI, Fábio (org.). *Distribuição de renda no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.
- CARDOSO, Eliana A. Oferta de alimentos e inflação. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 10(1), Abril 1980, p. 45-70.
- CARVALHO, Fernando J. C. de . Distribuição de renda, demanda efetiva e acumulação. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 11(3) Julho/Setembro 1991, p. 29-46.
- _____. Reforma monetária, indexação generalizada e o plano de estabilização. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 14(2) Abril/Junho 1994, p. 108-113.
- CHAHAD, José P. & LUQUE, Carlos A. *Salário real e a oferta de alimentos básicos*. São Paulo, IPE/USP, s.d. , 76p.
- CYSNE, Rubens P. Imposto inflacionário e transferências inflacionárias no Brasil. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 14(3) Julho/Setembro 1994, p. 121-128.

- DENSLOW JR. , D. & TYLER, William G. Perspectivas sobre a pobreza e desigualdade de renda no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. Rio de Janeiro, v. 13(3) Dezembro 1983, p. 863-904.
- DORNBUSCH, Rudiger & FISHER, Stanley. *Macroeconomia*. São Paulo, Makron Books - Mc Graw-Hill, 5a. ed., 1991.
- HOEL, Paul G. *Estatística Elementar*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1968, 2a. ed.
- IPEA. *Perspectivas da economia brasileira- 1992*. Rio de Janeiro, IPEA, 1991.
- _____. *Perspectivas da economia brasileira- 1994*. Rio de Janeiro, IPEA, 1993, v.2.
- KALDOR, Nicholas. El papel de las políticas fiscal y monetária en la inflación latinoamericana. *Investigación Económica* , 165 Julio-Septiembre de 1983, p. 79-92.
- KALECKI, Michal. Que é inflação. In MIGLIOLI, J. (org.). *Kalecki*. São Paulo, Ática, 1980.
- _____. *Economias em desenvolvimento*. São Paulo, Vértice - Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- _____. *Teoria da dinâmica econômica*. Coleção " Os Pensadores". São Paulo, Abril Cultural, 1976.
- KEYNES, J. M. Coleção " Os Pensadores". São Paulo, Abril Cultural, 1976.
- LACERDA, Antônio C. de . Distribuição de renda no Brasil nos anos 80. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 14(3) Julho/Setembro 1994, p. 134-140.
- LOPES, Francisco. *O choque heterodoxo: combate à inflação e reforma monetária*. Rio de Janeiro, Campus, 1986, 5a. ed.
- LUQUE, Carlos A. Observações sobre o processo inflacionário brasileiro: 1986-1991. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 13(2) Abril/Junho 1993, p. 46-60.
- PEREIRA, Luiz C. B. & NAKANO, Yoshiaki. Fatores aceleradores, mantenedores e sancionadores da inflação. *Revista de Economia Política*. São Paulo, v. 4(1) Janeiro/Março 1984, p. 5-21.
- RAMOS, Lauro. *A distribuição de renda no Brasil: 1976/85*. Rio de Janeiro, IPEA, 1993.

RANGEL, Ignácio. *A inflação brasileira*. São Paulo , Brasiliense, 1978.

REGO, J. M. *et alli*. Teorias sobre inflação: uma abordagem introdutória. *in* REGO, J. M. (org.). *Inflação inercial, teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. São Paulo, Paz e Terra, 1986, p. 9-24.

_____. (org.). *Aceleração recente da inflação*. São Paulo, Bional, 1989.

RESENDE, André L. Incompatibilidade distributiva e inflação estrutural. *Estudos Econômicos IPE/USP*. São Paulo, v. 11(3) Dezembro 1981, p. 133-150.

ROWTHORN, Bob. *Capitalismo, conflito e inflação-Ensaio de Economia Política*. Zahar Editores, 1982.

SACHS, Jeffrey & LARRAIN, Felipe. *Macroeconomia*. Makron Books, 1995.

TAVARES, Maria da C. O Sistema Financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. *In* BELLUZZO, Luiz G. M. & COUTINHO, Renata (orgs.). *Desenvolvimento capitalista no Brasil - Ensaio sobre a crise vol.2*. Brasiliense, 1983.